

**PROJETO DE LEI MUNICIPAL Nº 125, DE 05 DE JULHO DE 2013.**

“Cria função de Coordenador do Setor de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria Municipal da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e estabelece adicional de função a ser pago, e dá outras providências.”

**SÉRGIO MUNHOZ**, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

**FAÇO SABER**, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e eu, no uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte:

**LEI**

**Art. 1º** É criada a função para profissional da área de fiscalização da Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, como segue:

QUANTIDADE	NOMENCLATURA	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS
01	Coordenador de Obras e Posturas	Anexo I

§ 1º O Prefeito Municipal, através de Portaria, atribuirá a função nominada no *caput* deste artigo e especificada no anexo desta Lei ao servidor da Secretaria Municipal da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio que será remunerado com adicional de função.

§ 2º O Coordenador de Obras e Posturas deverá ser um profissional do Setor de Fiscalização, com conhecimentos na referida área.

§ 3º O valor estabelecido para o adicional de função é de 20% (vinte por cento) do vencimento do padrão do servidor designado para desempenhar a função.

§ 4º O detentor da função continuará percebendo o adicional quando dos seus afastamentos legais remunerados.

**Art. 2º** A presente Lei terá vigência até 30 de junho de 2015.

**Art. 3º** As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Conta: 103 – Crédito Orçamentário – 01 Ordinário; Órgão: 04 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Unidade Orçamentária: 04.01 – Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; Funcional: 041220002 - Administração; Projeto/Atividade: 2019000 – Manutenção das Atividades da SEFAZ; Natureza da

Despesa: 3.1.90.11.00.00.00 – Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Recurso: 0001 – Livre.

**Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Eldorado do Sul, 05 de julho de 2013.

**SÉRGIO MUNHOZ**  
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Fabiana da Silva Kraschefski  
Secretária de Administração

Publicada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**ANEXO I**  
**ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS**  
**COORDENADOR DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E POSTURAS**

I - Coordenar o Setor de Fiscalização de Obras e Posturas, primando pela obediência às normas correspondentes, orientando os contribuintes quando ao cumprimento da legislação específica;

II – Planejar ações de fiscalização, visando atender as demandas recebidas pelos municípios e órgãos públicos;

III – Gerar dados estatísticos de fiscalizações realizadas junto aos municípios e efetuar análise a fim de verificar o andamento dos trabalhos;

IV – Manter a legislação pertinente de forma atualizada através de capacitação permanente;

V – Monitorar os trâmites burocráticos de encaminhamento de processos em todas as instâncias, bem como seus andamentos, exercendo controle sobre registro e baixa de todos os processos, distribuição por setor e por fiscais;

VI – Executar outras tarefas correlatas.

## **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS**

Estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, para apreciação dos nobres Edis, o Projeto de Lei nº 125, de 05 de julho de 2013, que *“Cria função de Coordenador do Setor de Fiscalização de Obras e Posturas da Secretaria Municipal da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio e estabelece adicional de função a ser pago”*.

A presente proposta tem por objetivo instituir um responsável na área de fiscalização da Secretaria da Fazenda, Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, visando melhora nas ações de fiscalização municipal, no que diz respeito ao cumprimento do Código de Obras e Posturas Municipal e leis pertinentes à área de fiscalização.

A criação desta função é de suma importância, uma vez que as constantes fiscalizações que ocorrem no Município se faz necessário planejamento estratégico, no qual um responsável pelo Setor de Fiscalização certamente tomará o melhor caminho para acompanhar e solucionar os casos existentes, buscando a recurso adequado para os procedimentos a serem adotados.

Destaca-se, ainda, que há necessidade de coordenar os trâmites dos processos administrativos, inclusive aqueles que dizem respeito a recursos administrativos.

Por fim, salienta-se que, nos termos do art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), torna-se desnecessária a realização de estimativa de impacto orçamentário financeiro para a criação do adicional em tela, posto que a despesa será por tempo determinado e inferior a 2 (dois) anos.

Sendo assim, contando com a Vossa costumeira atenção, aguardamos manifestação dessa Egrégia Câmara Legislativa, com relação a este projeto de lei, enviando também nossas cordiais saudações.

Atenciosamente,

**SÉRGIO MUNHOZ**

Prefeito Municipal